

Distrito Federal — Metrô

CÂMARA LEGISLATIVA

Bancada do PT pretende contestar na Justiça a legalidade da proposta que autoriza o governo a transferir para os empresários o sistema de transporte

Metrô será explorado por empresas privadas

João Carlos Henriques
Especial para o **Correio**

Adauto Cruz



DEPUTADOS OPOSICIONISTAS ACHAM QUE FALTOU TEMPO PARA O DEBATE SOBRE O PROJETO DE TERCEIRIZAÇÃO

Os serviços do metrô do Distrito Federal serão terceirizados. Numa manobra da bancada governista, o projeto de lei do Executivo foi apreciado ontem pela Câmara Legislativa, embora não estivesse na pauta do dia, e aprovado por 15 votos a favor, oito contra e uma ausência. A liderança do PT promete entrar com ação judicial contra o projeto. “Da maneira como ocorreu, a votação impediu a discussão pública da privatização de um sistema de transporte que custou mais de R\$ 1,3 bilhão”, protestou a líder do PT, deputada Lúcia Carvalho.

De acordo com o texto do projeto aprovado, o governo do Distrito Federal (GDF) deverá realizar licitação pública, na modalidade de concorrência, para a concessão, pelo prazo de 25 anos, para empresa ou consórcio explorar os serviços metroviários. A vencedora também vai explorar as linhas de ônibus integração com o metrô.

Lúcia Carvalho disse que o projeto contraria a Lei Federal 9.074, que estabelece normas para a concessão de serviços públicos. “A Lei Federal diz que projetos dessa natureza devem fixar os termos da terceirização, ou seja, devem deixar claras quais as condições em que o processo será feito, o que a proposta governista não faz.”

Outra crítica da bancada petista é a de que a empresa vencedora terá, além do lucro da venda de passagens, a publicidade e a locação de áreas co-

merciais, o monopólio de aproximadamente 280 linhas de ônibus integradas ao metrô em cidades como Samambaia, Taguatinga, Ceilândia e Guará.

Eufórico com a vitória, o líder do governo na Câmara, deputado Edimar Pirineus (PMDB), destacou a pesquisa realizada pelo GDF apontando praticamente todos os metrô do país como deficitários. Para o parlamentar, isso justifica a necessidade de terceirização do metrô de Brasília. Segundo ele, os cálculos são de que o GDF deveria desembolsar mais de R\$ 5 milhões mensais para cobrir o prejuízo operacional do sistema.

Conforme Pirineus, as linhas de ônibus de integração, a explo-

ração de marcas e o aluguel das lojas devem dar lucros que compensarão o prejuízo inicial da empresa ou consórcio que vier a explorar o serviço. O deputado lembrou ainda que o protocolo de acordo entre o governo federal e o GDF, prevendo a terceirização do metrô, foi firmado em 2 de setembro de 1997 pelo ministro Pedro Malan, da Fazenda, e pelo então governador do DF, o petista Cristovam Buarque.

A bancada petista informou que o protocolo apenas previa a concessão da exploração do metrô para o setor privado, ou seja, não havia qualquer cláusula impondo a terceirização. Para ela, o protocolo perdeu a validade no final da administração Cristovam

Buarque e, por isso, o governo atual deveria ter feito novo acordo com o governo federal.

O presidente da Câmara, Gim Argelo (PMDB), entende que a oposição “está fazendo o seu papel, que é protestar”. Lembrou que o projeto está na Câmara há mais de um mês e que já foram realizados debates com a sociedade.

Um dos interessados no assunto é o empresário Wagner Canhedo Filho, presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus do DF. O interesse de Canhedo, segundo um deputado distrital, não é o de assumir apenas as linhas de ônibus, mas todos os serviços do metrô. “O metrô do DF vale mais que a Vasp”, sorriu o parlamentar.